EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA \_\_\_\_\_ VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXDF.

## Distribuir por Dependência ao Processo nº XXXXXX

- **1) Fulano de tal,** nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX-SSP/DF, CPF n.º XXXXXXX e;
- **2) Fulano de tal,** nacionalidade, estado civil, portador do RG nº. XXXXXX SSP/DF e do CPF nº. XXXXXXXXXXX,

ambos residentes e domiciliados na XXXXXXXXX/DF, telefone: XXXXXXXX, vêm, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, propor ação de

## MODIFICAÇÃO DE CURATELA

de sua irmã interditada **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, portadora da CI. XXXXXXX/DF, CPF: XXXXXXXX, residente e domiciliada no mesmo endereço dos requerentes, pelas razões de fato e de direito que se seguem:

## I - DOS FATOS:

Os requerentes são irmãos da interditada, estando ambos,

legitimados a presente ação, ante os termos do artigo 1768, I, do Código Civil, bem como aptos ao exercício da curatela, nos termos do art. 1775, também do Código Civil, máxime ante o fato de a interditada ser solteira, consoante documentação anexa e não possuir genitores vivos.

A sentença de interdição foi proferida perante o Juiz da XXX Vara de Família, processo XXXXXX.

A interditada tem como curador o segundo requerente, seu irmão, XXXX, que por precisar trabalhar e não possuir condições de cuidar da irmã, concorda com o pedido e assina esta petição inicial.

O primeiro requerente tem maior disponibilidade para cuidar da irmã, o que já vem de fato fazendo.

Os fatos acima relatados fazem com que se torna imperiosa a antecipação da tutela pretendida, de modo que o primeiro requerente seja nomeado novo curador provisório e possa receber os benefícios da interditanda, administrando-os no proveito desta.

A interditada recebe pensão, deixada pela falecida genitora, no valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXX) e não possui outros bens ou rendimentos. Se necessário requer o prazo bienal para prestação de contas.

## Diante do exposto, requerem:

- a) os benefícios da Justiça Gratuita, por ser juridicamente pobre nos termos da Lei n.º: 1.060/50;
- b) a intimação do Ilustre Membro do Ministério Público, para atuar no feito na forma da lei;

c) seja concedida a antecipação de tutela, nomeando-se o primeiro requerente curador provisória de **Fulano de tal**;

 d) a procedência do pedido, modificando-se a curatela da interditanda e nomeando-lhe novo CURADOR seu irmão
Fulano de tal, expedindo-se a respectiva Certidão.

e) a intimação do curador nomeado para prestar compromisso, nos termos da lei;

f) Após o transito em julgado da sentença, requer a expedição de Mandado ao Cartório de Registro Civil para modificação do Curador.

Protestam provar o alegado por todo os meios de provas em direito admitidop.

Termos em que,

Pede deferimento.

XXXXX-DF, XX de XXXX de XXXX.

FULANO DE TAL